

A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E AS RELEITURAS DOS MITOS NACIONAIS PORTUGUESES NO BRASIL (1974)

THALES REIS ALECRIM

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

RESUMO: No presente artigo analisamos as asserções de João Apolinário sobre a Revolução dos Cravos. Assim, examinamos como esse evento foi descrito pelo autor e quais estratégias de escritura estavam em jogo, pois esses textos foram publicados no Brasil, primeiramente, em 1974, nos meses que se seguiram ao evento, em um periódico, o *Última Hora* de São Paulo e, posteriormente, unificados em um livro, *25 de Abril de 1974 Portugal Revolução Modelo*, publicado pela Editora Nórdica no mesmo ano. Sob a perspectiva de João Apolinário, os textos introduziram a situação portuguesa durante do Estado Novo e, em seguida, descreveram as conquistas alcançadas pela Revolução de 1974. Como uma forma de justificar a pertinência desse evento, o autor também mobilizou alguns mitos nacionais de Portugal, tentando afastar o legado colonial e aproximar a realidade revolucionária aos leitores brasileiros. Com essas questões em vista, operamos uma análise aliada à História Cultural proposta por Roger Chartier (2002) com o auxílio das considerações de Anthony Smith (1999) sobre o nacionalismo e as estratégias de mobilização da narrativa histórica como fonte de legitimidade para as demandas do presente. Em nossa perspectiva, esses escritos realizavam um duplo movimento de 1) reler os mitos nacionais portugueses, mobilizando-os como justificativas históricas e determinantes para o sucesso da revolução e 2) apresentar aos leitores brasileiros o modelo português como uma forma possível de luta contra a realidade do Regime Militar (1964-1985).

PALAVRAS-CHAVE: Revolução dos Cravos; Portugal; Brasil; História Cultural; nacionalismo.

LA REVOLUCIÓ DELS CLAVELLS I LA RELECTURA

DELS MITES NACIONALS PORTUGUESES AL BRASIL (1974)

RESUM: En aquest article analitzem les afirmacions de João Apolinário sobre la Revolució dels Clavells. Així, examinem com la va descriure l'autor i quines estratègies d'escritura estaven en joc, ja que els seus textos van ser primerament publicats al Brasil el 1974, els mesos immediatament posteriors als fets, en un diari, l'*Última Hora* de São Paulo, i posteriorment van ser unificats en un llibre, *25 de Abril de 1974 Portugal Revolução Modelo*, publicat per l'editorial Nórdica el mateix any. Els textos feien una introducció a la situació portuguesa durant l'Estado Novo i tot seguit descriuen les conquestes aconseguides per la revolució del 1974 des de la perspectiva de João Apolinário. Com una forma de justificar la pertinència de la Revolució, l'autor també mobilitzava alguns mites nacionals de Portugal i intentava allunyar el llegat colonial i acostar la realitat revolucionària als lectors brasilers. Tenint en compte aquestes qüestions, se'n fa una anàlisi lligada a la història cultural que proposa Roger Chartier (2002), amb el suport de les consideracions d'Anthony Smith (1999) sobre el nacionalisme i les estratègies de mobilització de la narrativa històrica com a font

de legitimitat per a les demandes del present. Des de la nostra perspectiva, aquests escrits provocaven un doble moviment de 1) rellegir els mites nacionals portuguesos mobilitzant-los com a justificacions històriques i determinants per a l'èxit de la Revolució, i 2) presentar als lectors brasilers el model portuguès com una forma possible de lluita contra la realitat del règim militar (1964-1985).

PARAULES CLAU: Revolució dels Clavells; Portugal; Brasil; història cultural; nacionalisme.

THE CARNATION REVOLUTION AND THE REINTERPRETATIONS OF PORTUGUESE NATIONAL MYTHS IN BRAZIL (1974)

ABSTRACT: In this article we analyze João Apolinário's assertions about the Carnation Revolution. Thus, we examine how this event was described by the author and what writing strategies were at stake, as these texts were first published in a Brazilian newspaper, *Última Hora* of São Paulo, and later compiled in a book entitled *25 de Abril de 1974 Portugal Model Revolution* (Nórdica, 1974). The texts play an introductory role about the Portuguese situation during the Estado Novo from the perspective of João Apolinário and then go on to describe the achievements of the Revolution. The author also mobilized some of Portugal's national myths, trying to dispel the colonial legacy by bringing the revolutionary reality closer to Brazilian readers. With these issues in mind, we operate an analysis allied to the Cultural History proposed by Roger Chartier (2002) with the help of Anthony Smith's (1999) considerations on nationalism and the strategies for mobilizing the historical narrative as a source of legitimacy for the demands of the present. In our perspective, these writings performed a double movement of 1) rereading Portuguese national myths, mobilizing them as historical and determinant justifications for the success of the revolution, and 2) presenting to Brazilian readers the Portuguese model as a possible way of fighting the reality of the Military Regime (1964-1985).

KEYWORDS: Carnation Revolution; Portugal; Brazil; Cultural History; nationalism.

INTRODUÇÃO

João Apolinário Teixeira Pinto (Sintra, 1924-Marvão, 1988) viveu transnacionalmente como poeta, jornalista e crítico teatral. Cursos Direito na Universidade de Coimbra e, aos 21 anos de idade, participou do final da Segunda Guerra Mundial em França. Após isso, estudou Artes Gráficas na Universidade de Paris *Sorbonne* (1945-1949). Em seguida, retornou à Portugal, onde exerceu a atividade engajada de jurista, jornalista e poeta. Devido à perseguição conduzida pelo Estado Novo (1926-74), o nosso personagem exilou-se das terras lusas. Assim, ele desembarcou no Brasil em 1963 e iniciou uma carreira de crítico teatral, sendo o Regime Militar (1964-85) o pano de fundo de sua produção. Contudo, em 1974, após mais de uma década em terras estrangeiras, regressou para Portugal, logo que findadas as mobilizações da Revolução de Abril.

Neste artigo, abordamos exclusivamente o seu livro *25 Abril 1974 Portugal Revolução Modelo* com o intuito de analisar as representações desse personagem sobre o processo revolucionário português. A partir de suas pontuações sobre a Revolução dos Cravos, examinamos as estratégias de escritura, leitura e mobilização dos mitos nacionais portugueses em um espaço textual situado no Brasil. Paralelamente, analisamos como o processo revolucionário era apresentado para os leitores brasileiros, pois constatamos que esse evento era descrito e propagado como um modelo que deveria ser seguido na luta contra o Regime Militar.

Para conduzir essa análise, apoiamos-nos nas propostas da História Cultural definidas por Roger Chartier (2002). Partindo do exame das produções culturais, realizamos uma captura das tensões sociais e políticas de determinado período histórico. Utilizando o conceito de representação analisamos as maneiras pelas quais as fontes históricas apreenderam o real, tornando-o inteligível. Assim, podemos distinguir repertórios de ideias que atravessavam determinado período, observando como circulavam e eram mobilizados por diferentes atores. Além disso, para compreender as estratégias realizadas por Apolinário para ressignificar o passado nacional português, partimos das reflexões de Anthony Smith (1999). Dessa forma, investigamos como a narrativa histórica pode ser utilizada como argumento retórico de legitimidade política e social, paralelamente a uma releitura dos mitos nacionais para atender as demandas do presente.

Diante do exposto, constatamos que Apolinário continuou se valendo das narrativas dos descobrimentos, reafirmando características consideradas como o núcleo duro da nacionalidade, isto é, Portugal enquanto um posto entre a Europa e o Atlântico (América e África). Contudo, a reapropriação dessa narrativa implicava a negação do império e do passado colonial. Dessa maneira, o nosso personagem concluiu que, após o 25 de Abril, a melhor opção para Portugal era voltar-se para o Atlântico, integrando-se à economia europeia, mas se mantendo próximo, ideologicamente, das antigas colônias.

Apolinário sustentava que os eventos de 1974 em Portugal eram o estopim de uma «revolução cultural», bem como um «modelo político para exportação». Visto que esses textos foram publicados no Brasil, ao descrever o 25 de Abril, o nosso personagem propunha críticas e soluções aos dilemas políticos brasileiros. Com efeito, uma das soluções era, justamente aceitar esse modelo político português nascido da revolução. Assim, torna-se importante perceber certas estratégias de escritura que permitiram ao nosso personagem disferir opiniões tanto sobre Portugal como sobre o Brasil. Em diversos momentos,

está claro que as críticas dirigidas à censura e à violência de Estado foram descritas como características do Estado Novo português, mas também se referiam ao Regime Militar brasileiro.

Tanto que, nesses textos, ele afirmou que o sucesso do 25 de Abril devia-se à ação da juventude. Curiosamente, essa era a mesma solução proposta por Apolinário (1974: 30), em outros textos também publicados no *Última Hora*, para que no Brasil se atingisse o que ele considerava ser a independência cultural. Desse modo, o que ele prescreveu como ação para mudar a situação política brasileira foi o que, em sua visão, concretizou a revolução em Portugal. Para ele, essa geração nascida no pós-Segunda Guerra foi fundamental, visto que possuía «formação cultural e revolucionária». Assim, ele dedicou seu livro «aos poetas do meu país que não traíram a juventude e que tornaram o seu “Canto livre” uma arma contra o fascismo».

Nesse diapasão, as palavras de Apolinário, referindo-se a Portugal, possuíam um sentido muito específico quando publicadas no Brasil. De acordo com a dissertação de Rafael Henrique Antunes (2013: 20), os três grandes jornais brasileiros do período (*Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*) acompanharam e noticiaram intensamente as movimentações revolucionárias portuguesas. No passo que os jornalistas e diplomatas descreviam o histórico da ditadura salazarista e da revolução, estratégias de leitura permitiam que fossem, implícita ou explicitamente, desferidas críticas ao Regime Militar aqui no Brasil.

Dessa forma, a introdução do livro (que, evidentemente, não veiculou pelo jornal) apresenta algumas considerações de nosso personagem sobre a situação política tanto de Portugal como do Brasil. Nas palavras de Apolinário (1974: 14), o objetivo central do livro era:

[...] afirmar toda a esperança na ação dos homens da geração da qual o autor deriva e que, ao lado das gerações mais jovens (sejam quais forem as ideologias propostas), souberam dismantelar o fascismo em 25 de Abril e hoje lutam por conduzir Portugal pelos caminhos da Revolução Cultural, até a construção de uma Nova Sociedade, que se deseja fundada no culto da Democracia e da Liberdade.

Percebe-se que, nesse objetivo, estava implícita uma convocatória, uma chamada para que os brasileiros se unissem aos portugueses. Afinal, conforme observamos, de acordo com o nosso personagem, a revolução somente se con-

cretizaria quando os países do Atlântico se unissem para construir um novo modelo de sociedade.

Aqui vale uma consideração sobre a materialidade do livro, composto por artigos publicados no jornal *Última Hora* de São Paulo e impresso pela Nórdica em 1974. Quanto à editora, não possuímos muitas informações, mas destaca-se que, em seu catálogo, constam nomes de autores portugueses ligados ao neorealismo e ao Teatro Experimental do Porto, movimentos que João Apolinário integrou durante seu período em Portugal (1949-1961). Dentre eles, ressaltamos Sidônio Muralha (poeta e dramaturgo, exilado no Brasil) com *O Pássaro Ferido*, Miguel Barbosa (poeta e romancista) com *Irineu do Morro* e as escritoras Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa com *Novas Cartas Portuguesas*. Portanto, podemos deduzir que os dirigentes da Nórdica possuíam alguma relação ou contato com João Apolinário e com autores portugueses que produziam críticas ao Estado Novo. Apesar dessa constatação, não possuímos fontes para abordar profundamente o assunto.

Na capa, ilustrada por Vilmar Rodrigues (1931-1997), constam, em fundo rosado, correntes se quebrando e um cravo brotando no meio da ruptura. Além de ilustrador, Vilmar também era cartunista e humorista, com orientação política de esquerda. Ele trabalhou no *Última Hora* do Rio de Janeiro, no *Pasquim* e na versão brasileira da revista MAD. Retornando à imagem, observa-se que ela entra em consonância com a representação recorrente no Brasil de que o 25 de Abril foi uma revolução festiva e florida que «brotou» em meio a um regime inóspito e autoritário (Antunes 2013: 113-130).

Lançando uma vista panorâmica sobre os artigos, publicados no jornal em novembro de 1974, percebemos uma certa linha temporal. O primeiro artigo, *Lisboa, Capital dos Homens Livres*, trata da chegada de Apolinário (1974: 12) a Portugal. No texto, o nosso personagem, de acordo com suas palavras, deixa o jornalista de lado e fala como «o homem português que é (e sempre foi antes de tudo)». Aqui, ele descreve o seu passado em Portugal até o momento do autoexílio, por esse motivo, as páginas transparecem certas emoções, um misto de ressentimento, alegria e euforia. Em razão disso, três parágrafos se iniciam com a frase «Quando (mas quando)?», demonstrando, assim, o contraste entre o passado e o presente. Por exemplo:

Quando (mas quando?), afinal, meu desesperado e doentio sonho de jornalista, desde a sua primeira-palavra-profissional-impressa, violentado a escrever com uma *Pide* dentro da cabeça, poderia sequer visionar o que seus olhos e ouvidos re-

ceberam nesse primeiro e espantoso impacto com Portugal: o povo lendo livremente os jornais livremente escritos e impressos, ouvindo rádio ou vendo-ouvindo televisão, como um caudal vertendo a Verdade, todas as Verdades, as múltiplas Verdades dos homens livres de pensar e falar e escrever a sua, a deles, a nossa Verdade? Quando, meu Deus?



Figura 1: Capa de *25 Abril 1974 Portugal Revolução Modelo*.

Fonte: APOLINÁRIO, João (1974). *25 Abril 1974 Portugal Revolução Modelo*.

Rio de Janeiro: Nórdica.

As impressões descritas sobre Portugal nesse parágrafo podem ser lidas no Brasil, visto que, ao descrever a situação passada do país lusitano, abriam-se portas de leitura para a compreensão do presente no Brasil que, sob o AI-5, era assolado pela censura (Napolitano 2014). Além disso, o contraste entre o passado e o presente demonstra que era possível a construção de um novo futuro pavimentado pela conscientização e, em seguida, ação revolucionária.

Diante do exposto, iniciamos nossa análise das representações de João Apolinário sobre a Revolução dos Cravos. Em primeiro lugar, apresentamos os

debates e polémicas em torno das definições historiográficas do 25 de Abril. Em seguida, examinamos como os eventos ocorridos em Portugal foram descritos por João Apolinário, com foco nas estratégias de escrita, visto que esses textos foram publicados no Brasil. Na terceira parte, analisamos a mobilização e releitura do passado e dos mitos nacionais portugueses, utilizados com o intuito de imbuir a revolução de legitimidade histórica e política. Por fim, investigamos o estatuto teórico dos textos de Apolinário, colocando-o em diálogo com as propostas de António José Saraiva, em especial com o conceito de «crise da civilização burguesa».

REVOLUÇÃO DOS CRAVOS OU TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA?

O Estado Novo português (1926-74), também conhecido como regime salazarista, foi a maior ditadura do século xx. Durante os seus longevos 48 anos, o regime passou por diversos momentos de tensão, principalmente a partir dos anos 1950, pois as mudanças sociais advindas da industrialização e da crise colonial desferiram duros golpes contra a estabilidade ideológica do regime. Apesar disso, o governo de António de Oliveira Salazar, que vinha à frente do regime desde 1932, mobilizava aparatos ideológicos como a censura e o controle de informação para propagar e vitalizar as representações de nacionalidade, de coletividade e estabilidade da ordem vigente.

A bibliografia converge em apontar que o Estado Novo, através de mecanismos institucionais, logrou em gestar e disseminar uma representação profundamente conservadora da cultura e da nacionalidade portuguesa. Essas representações afirmavam-se em cima dos valores da sociedade rural, da forte religiosidade católica e do imaginário dos descobrimentos marítimos (Torgal e Homem 1982: 1437-1464). Nas palavras de Fernando Rosas (2001: 1031-1054), os aparatos ideológicos empanhavam-se para criar um «homem novo salazarista» pautado nesses valores.

Contudo, existia um embate de representações, uma tensão cultural no seio do regime, pois existiam propostas que concorriam contra a hegemonia salazarista.

Na realidade, a tonalidade da cultura portuguesa entre os anos 40 e os fins dos anos 60 era subdeterminada pelo diálogo nunca explicitado entre um discurso de enraizamento tradicional, quer dizer, católico, e um discurso marxista, que pouco

a pouco reordenava segundo o seu código ou as suas leituras todas as manifestações mais vivas da cultura portuguesa (Lourenço 2001: 14-15).

Nas palavras de Eduardo Lourenço, percebemos que a tensão entre o discurso conservador e o discurso de esquerda marcou a cultura portuguesa durante os anos em que vigorou o Estado Novo. Essa tensão vitalizava os embates culturais e disseminava o pensamento de esquerda de base marxista. Assim, o discurso de esquerda espalhava-se pelas linguagens culturais portuguesas, causando uma efervescência de tendências estéticas que propunham críticas políticas e sociais.

Em meio a essa efervescência das ideias de esquerda não só em Portugal, mas também nas colônias do ultramar, os jovens portugueses enviados para a Guerra Colonial (1961-1974) — com o intuito de impedir a independência de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique —, tomaram contato com perspectivas revolucionárias que, posteriormente, levariam à queda do Estado Novo em 25 de abril de 1974 que, nessa época, era presidido por Marcello Caetano.

Diversas polêmicas giram em torno da categorização do 25 de Abril. Alguns advogam que realmente se tratou de uma revolução, enquanto outros propõem o conceito de «transição por ruptura» ou «transição para a democracia». As primeiras opiniões podem ser consultadas nos escritos de Boaventura Souza Santos (1984) e Fernando Rosas (2003), a segunda em Philip Schmitter (1999) e António Costa Pinto (2006).

Essa polêmica é longa, pois, tal como postula Alberto Aggio (1997: 21-23), o conceito de revolução adquiriu tantos sentidos que se formou uma mitologia em torno do seu uso. Dessa forma, esse conceito passou a ser, gradualmente, desmerecido nas análises acadêmicas. Contudo, no caso de Portugal, essas discussões ficaram mais situadas no plano dos periódicos, longe das universidades, sendo que, não raro, o conceito de revolução e de transição aparecem indistintamente em trabalhos históricos e de politólogos (Martinho 2017: 465-478).

No entanto, assim como demonstra Raquel Varela (2014: 256-257), o que deveria estar em discussão não é o que a sociedade portuguesa se tornou após o 25 de Abril, mas as visões sobre «revolução» que constituíam o período e as condições materiais que levaram à ruptura com o Estado Novo. Os conceitos que prezam pela ideia de «transição» são anacrônicos e postulam um fim teleológico, isto é, a base filosófica que sustenta o conceito de «transição» é a ideia

de que a democracia liberal seria o fim da história. Logo, concordamos com a autora quando ela afirma que:

A Revolução Portuguesa nasceu das entranhas de uma derrota militar de um Exército regular por movimentos guerrilheiros apoiados nos camponeses da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Essa derrota combinou-se com a mais grave crise econômica do capitalismo do pós-guerra, iniciada em 1973, o protagonismo do movimento operário português e as especificidades desse mesmo movimento operário português, caracterizado pela sua juventude, desorganização política e sindical e a sua concentração na cintura industrial de Lisboa. Abriu-se em Portugal, no biênio 1974-1975 a mais grave crise de Estado surgida no Portugal contemporâneo e deu-se início à última revolução da Europa Ocidental no pós-guerra a colocar em causa a propriedade privada dos meios de produção. As «tarefas reformistas», no sentido clássico do termo (nacionalizações, reforma agrária, melhoria dos salários), ganharam uma dimensão revolucionária porque foram conquistadas contra a burguesia, com métodos próprios do movimento operário (greves, ocupações de terras e fábricas) e, em muitos casos, através de organismos autônomos de trabalhadores, de assalariados agrícolas e, certo momento, de soldados.

Por conseguinte, posicionamo-nos com o conceito de revolução porque, diferente do que o conceito de transição propõe (negociação entre as elites), o caso português revela a mobilização das classes subalternas em torno das conquistas sociais. Além disso, dentro do imaginário de esquerda vigente no período, essas mobilizações foram pautadas por crenças utópicas, definindo-se, assim, como uma revolução tanto material (levada a cabo por sujeitos sociais e determinada por conjunturas socioeconômicas) como simbólica (representando, assim, o alvorecer das esperanças de uma geração). Essa dupla configuração, simbólica e material, pode ser observada nas análises de Apolinário.

FIM DO IMPÉRIO: RELEITURA DAS NARRATIVAS NACIONAIS PORTUGUESAS

Retomando a sua afirmação identitária enquanto português, Apolinário, no texto *O Império está morto: os portugueses, vivos*, faz um elogio ao povo desse país, ressaltando qualidades como coragem, firmeza e determinação. Aqui está em jogo a reapropriação da identidade nacional, desmerecendo o Estado Novo, afirmando que foi um episódio infeliz na história de Portugal. Assim, ao

afirmar que o Império Colonial havia acabado, o nosso personagem também estava tentando reabilitar a imagem do país no Brasil:

É bom que se diga e que se saiba, sobretudo aqui no Brasil, que não há, não vi, não conheço um único português (exceto, claro, aquela minoria reacionária que luta, ainda, pelo poder político e pelos privilégios seculares que usufruiu até 25 de Abril), que não deseje firmemente, e que não esteja disposto a lutar com total determinação, pela independência das colônias, as últimas colônias do último império do nosso tempo (Apolinário 1974: 21).

Aqui vale uma breve digressão factual quanto ao Império e ao papel das colônias na Revolução de Abril. Após a perda da colônia americana no século XIX, Portugal voltou seus olhos para a África e, assim, nasceu o Terceiro Império Colonial português. Com isso, grandes mudanças assaltaram o Portugal contemporâneo, mesmo que esse ainda estivesse em descompasso quando comparado às outras nações europeias, assim, somente na última metade do século XIX, consolidaram-se as ideias nacionalistas, liberais e republicanas. A partir disso, certas convulsões revolucionárias colocaram a monarquia em xeque, seguindo-se o regicídio em 1908 e a instituição da Primeira República em 1910.

A Primeira República Portuguesa (1908 a 1926) foi um período marcado por crises e tensões, tanto políticas como sociais e econômicas. Dessa maneira, em 1926, um golpe militar destituiu o regime, iniciando os 48 anos de ditadura sob o regime de generais. Em 1928, António de Oliveira Salazar, então professor da Universidade de Coimbra, foi convocado para assumir a pasta de finanças do regime. A partir disso, em menos de quatro anos, Salazar assumiu a cadeira de presidente do conselho, permanecendo nessa posição até o seu decrépito fim em 1968 (Secco 2004: 25-32).

Contudo, as tensões coloniais foram aspectos de maior importância nessas crises institucionais em Portugal. Assim como demonstra António Costa Pinto (2007: 27), o Estado Português, tanto na monarquia como na Primeira República, alicerçou grande parte de suas bases ideológicas no patrimônio do passado que configurava a representação da singularidade e grandeza da nação portuguesa: o império colonial.

Isso não foi diferente durante o período presidido por Salazar, as colônias eram um cimento fundamental para o nacionalismo português e, consequentemente, para o imaginário presidido pelo regime. Tanto que os conceitos de

lusofonia e lusotropicalismo foram mobilizados como justificativa institucional para Portugal manter as colônias. Em meio a essas polêmicas, Gilberto Freyre posicionou-se e contribuiu com a intelectualidade do Estado Novo (Pinto 2009: 445-482).

Visto por esse ângulo, e retomando as considerações expostas por Raquel Varela (2014), as crises coloniais que se iniciaram na metade do século xx e a Guerra Colonial iniciada em 1961 foram um duro golpe à estabilidade do regime. Marcello Caetano, sucessor de Salazar como presidente do conselho desde 1968, não recuou na guerra e continuou convocando contingentes, o que causou um exposto mal-estar na sociedade portuguesa, culminando em diversas ideias de libertação colonial. Somando-se às derrotas, as infelicidades dos jovens militares e a profunda crise econômica dos anos 1970, emergiu, em 1974, a sublevação do 25 de Abril. Dessa maneira, o fim do Império Colonial manifestou-se em Portugal como a crise do Estado Novo.

Diante do exposto, retornamos a João Apolinário (1974: 20) e percebemos que ele empreendeu uma reapropriação seletiva do passado português com o intuito de propor um novo horizonte de expectativas para Portugal. Dessa maneira, em sua perspectiva, o fim do império não significava a dissolução dos vínculos entre Portugal e as ex-colônias, posto que o país luso continuaria exercendo a sua «exata vocação de universalidade que há séculos o anima a semear-se pelos cinco continentes». Assim, a independência dos países das ex-colônias representava o nascimento de uma «Pátria Nova e multicultural».

Nesse sentido, ao se apropriar de temas do nacionalismo português em uma leitura de esquerda e revolucionária, Apolinário também inclui as antigas colônias no pressuposto de atingir um horizonte utópico. Portanto, tratava-se de estratégia retórica que descrevia o 25 de Abril, nas páginas da imprensa brasileira, como um evento capaz de colocar em crise o próprio regime militar no Brasil. Assim, ele afirmava que os portugueses deveriam exercer sua «vocação atlântica», expandindo os horizontes da revolução para os países de matriz lusófona, ao passo que o Brasil, por exemplo, deveria seguir esse mote, também atingindo a revolução.

Levando em conta as propostas analíticas do estudioso do nacionalismo Anthony Smith, consideramos que as mobilizações da narrativa portuguesa pelas instituições do Estado Novo e por João Apolinário configuram-se como a do nacionalista/arqueólogo. Para esse autor, o nacionalista e o arqueólogo exercem atividades análogas, já que ambos revisitam o passado e relacionam-no com o presente, construindo, assim, uma percepção de identidade e tem-

po. Ao passo que as nações demandam, os nacionalistas buscam um passado digno, mesmo durante as situações revolucionárias. Esse processo providencia autoestima e autoridade, de modo que grandes mudanças se tornam mais aceitáveis.

Contudo, não podemos considerar esse processo como algo dominado por engenheiros sociais ou por uma certa essencialidade da nação, mas como «[...] product of a complex interplay between these creators, their social conditions and the ethnic heritages of their chosen populations» (Smith 1999: 171). Portanto, ocorre durante esse processo de «arqueologia nacionalista» uma redescoberta do passado, que passa por uma reinterpretação (seleção dos elementos que mais interessam para determinado momento), atingindo, enfim, a regeneração, fundando um sentido de comunidade em torno da narrativa nacional. Dessa forma, exerce-se uma reconfiguração do próprio tempo, pois se narra um passado, sob os óculos do presente, e são construídas expectativas de futuro.

Ainda observando essa narrativa da nacionalidade portuguesa pautada nos descobrimentos e nas colônias, mas sob o ponto de vista de Anthony Smith, vale analisar a longa citação, em que Apolinário (1974: 21) clama pela união desses países em torno da língua e da «expressão lusíada»:

O Brasil é, a todos os momentos, o exemplo repetido. O exemplo vivo e gigantesco do sangue fermentado pela língua comum, que as veias de um pequeno povo, com os punhais atávicos da Espanha chavados nas costas e os olhos voltados para o mar, generosamente verteram na América até soldarem as fronteiras desse país. [...] Desde a Guiné-Bissau, a Timor ou a Macau, essa língua e esse sangue caldeiam hoje a fisionomia de futuras novas nações de povos de faces negras ou amarelas, povos livres de expressão lusíada. [...] E essa é — será — para as últimas colônias e para os portugueses, a sublimação, repito, dessa aventura dos Descobrimientos.

Retomando a narrativa dos descobrimentos e da colonização da América, Ásia e África como mote central da nacionalidade portuguesa, Apolinário expressa uma visão conciliatória, reinterpretando o passado de acordo com as demandas do presente revolucionário e do imaginário de esquerda. Isso significa que, a despeito de todas as violências do processo colonizador, as ex-colônias estariam, sempre, atadas a Portugal, compartilhando uma mesma «alma» ou «essência» denominada «expressão lusíada».

Embora apropriada para exaltar a liberdade dos povos e o fim do Império Colonial, essa narrativa corrobora com o discurso legitimador da colonização. De acordo com Eduardo Lourenço (2016: 143-150), a emigração e a imigração constituíram-se como mitos no Portugal contemporâneo, ao ponto de tornarem-se alicerces da identidade nacional. Desse modo, todas as narrativas sobre o país luso devem passar, necessariamente, pelas colônias/ex-colônias ou pela memória dos descobrimentos. Tanto que o texto fundador da nação, *Os Lusíadas*, é mobilizado para reforçar e reatualizar essa narrativa ao longo dos séculos.

O mesmo Eduardo Lourenço (2001: 160), em um livro mais recente, relativiza ainda mais essa narrativa lusitana. Para ele, a «comunidade luso-brasileira é um mito inventado unicamente pelos portugueses», essa assertiva pode ser generalizada ao ponto de afirmar que a própria lusofonia é um conceito demasiado ilusório, utilizado apenas para justificar a colonização. Lourenço conclui que Brasil e Portugal nunca formaram «um conjunto, no sentido de comunidade linguístico-cultural (nem mesmo acrescentando o contributo dos novos países africanos de expressão portuguesa), capaz de constituir um polo de influência histórico-política no mundo».

Entretanto, por mais contraditório que seja afirmar a sobrevivência do ideal que justificava a colonização, a reapropriação dessa narrativa feita por Apolinário alinhava-se ao imaginário de esquerda do período que assumia contornos transnacionais. Dessa forma, por meio da reivindicação desse laço cultural comum, o nosso personagem buscava atualizar a narrativa da nacionalidade portuguesa para justificar o presente revolucionário. Consequentemente, também se tratou de uma estratégia de escrita publicada no *Última Hora*, pois descrevia como o Brasil também deveria seguir os motivos que levaram ao 25 de Abril. Diante disso, existia uma leitura da história que era estruturada linearmente, demonstrando como o passado alimentava o presente e possibilitava a utopia vindoura.

No texto «Modelo Político para Exportação», o nosso personagem historiciza os eventos precedentes ao 25 de Abril com o intuito de demonstrar o conjunto de fatores que levaram ao acontecimento, propondo, ainda, uma crítica ao regime militar brasileiro. Ele continua analisando o período do Estado Novo, pesando, principalmente, o caráter conservador e reacionário daquele período, taxando a Constituição de 1933 como «medieval». Portanto, para Apolinário (1974: 48), o Estado Novo foi forjado pelas gerações de Salazar (nascidos antes da primeira guerra) «e dos remanescentes da geração seguin-

te, a de entre as duas guerras, formada pelos tecnocratas do Corporativismo, os famosos doutores da ditadura».

Após caracterizar as gerações que estruturaram o regime, Apolinário (1974) descreve as características geracionais dos opositores do regime. Nessa perspectiva, a resistência era composta, primeiramente, pela geração de «políticos da I República (1910-1926) que não se cumpliciam com o Salazarismo e os da geração seguinte (hoje com média de 50 anos de idade)». De acordo com nosso personagem, naquele primeiro momento foram alicerçadas as bases do que ele denominava «Revolução Cultural», resultando, assim, no 25 de Abril. Contudo, Apolinário sustentava que o sucesso da Revolução dos Cravos devia-se, principalmente, à juventude «mobilizada a lutar em África e que se formou, entre as décadas de 40 a 70, nos ideais da Democracia e da Liberdade, recebendo informações culturais e, conseqüentemente, ideológicas, que fundamentam, hoje, o seu comportamento político e revolucionário» (Apolinário 1974: 49).

O texto «Modelo Político para Exportação» encerra-se com a expressão utópica de Apolinário sobre a situação de Portugal.

E, por fim, pela evidente ação cultural em que parecem basear toda uma tática revolucionária, que não se apoia em qualquer dos polos de direita ou esquerda: aquilo que pode ser, no futuro, a criação de uma nova sociedade, forjada num modelo que muitos se atrevem a considerar já original (Apolinário 1974: 50).

Essa conclusão exaltada e pomposa endossa todo clima do livro que tenta tanto reabilitar a narrativa nacional portuguesa como demonstrar a revolução, levada a cabo pelos jovens, enquanto um fim que redimia o passado autoritário. Dessa maneira, as lições da revolução deveriam ser aprendidas pelos brasileiros, pois elas deveriam servir de inspiração para uma ação revolucionária que colocaria fim ao Regime Militar.

Com efeito, a ditadura militar no Brasil (1964-1985) nasceu de um golpe que depôs o então presidente, João Goulart, sob a justificativa de restaurar a normalidade democrática e proteger o país de um suposto levante comunista. Durante esse período, o país passou por um processo de modernização sem precedentes, ao lado de uma exasperadora concentração de renda. Desse modo, o regime logrou consolidar polos industriais e intensificar o desenvolvimento econômico nacional. Porém, concomitantemente, por meio de aparatos repressivos e de uma justificativa burocrática, intensificou a polarização entre ricos e pobres.

Não obstante o investimento na modernização econômica, o regime propagava uma visão retrógrada da vida social e cultural, caracterizando a chamada «modernização conservadora» (Rezende 2001: 3). Pretendia-se, então, a criação de indústrias, a inserção do Brasil no capitalismo global, movendo-se no sentido da integração nacional — seja através de estradas, seja através dos meios de comunicação que estavam em franco desenvolvimento —, mas sem renunciar às velhas estruturas de poder (Napolitano 2014: 150). Assim, mesmo que a modernização fosse um horizonte, havia um conservadorismo manifesto, marcado por um ferrenho anticomunismo, que ocasionava o uso do terrorismo de Estado, tanto através de torturas, mortes e exílios, como por meio da censura. Tais mecanismos de repressão abateram as artes que se vinculavam à política e que, desse modo, propunham-se a criticar o regime.

Como crítico teatral no Brasil entre 1964 e 1974, Apolinário acompanhou todo esse processo de recrudescimento e crescente autoritarismo. Em muitos de seus textos ele sugeria que a verdadeira ação revolucionária residia na busca pela nacionalidade que deveria ser apropriada pelos jovens e convertida em material artístico que, por sua vez, levaria a conscientização do público. Dessa maneira, nesses textos sobre a revolução de 1974, Apolinário realizava uma ação engajada de retomada dos mitos nacionais, revelando, assim, a situação portuguesa ao público brasileiro com o intuito de reforçar a ideia de que a juventude era a classe revolucionária por excelência, sugerindo, ainda, uma vinculação cultural a Portugal como meio de afirmar um outro modelo de sociedade que viria superar a civilização burguesa.

OS CRAVOS COMO SINTOMA DA CRISE DA CIVILIZAÇÃO BURGUESA

Sobre a citada «Revolução Cultural», Apolinário mobilizou largamente as considerações de António José Saraiva. Esse historiador da literatura portuguesa era um eminente opositor ao salazarismo e membro do Partido Comunista Português, desse modo, exilou-se após viajar a URSS, estabelecendo-se em França durante os anos 1960. Neste sentido, Saraiva presenciou as revoltas de maio de 1968 em Paris, escrevendo, assim, o livro *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*, composto por alguns ensaios teóricos e um diário das mobilizações.

Saraiva (1970: 15-30) aborda extensamente os conceitos de «Revolução Cultural» e de «Crise da Civilização Burguesa». Inspirando-se no conceito

gramsciano de hegemonia (Del Roio 2007), o autor afirma que a burguesia não poderia ser considerada apenas uma classe social e econômica, mas uma «mentalidade» que se expandiu pelo globo junto com o capitalismo, realizando um processo de dominação em relação às outras culturas, impondo-se como norma. Esse livro possui um argumento complexo que se desdobra em críticas ao marxismo ortodoxo, que não considera o papel central da cultura e ataca, ainda, a URSS enquanto um modo socialista que não aboliu a mentalidade burguesa voltada para modernização e a quantificação.

Nessa linha de pensamento, a sociedade burguesa, gestada desde a aurora da modernidade com o fim da Idade Média, postulava a quantificação da vida, além de uma crescente mecanização que confinava o homem no individualismo. Tal individualismo tinha uma relação cabal com mercado, portanto, isso:

Não altera substancialmente as relações entre as pessoas, mas apenas a atitude de cada pessoa perante o Capital, relação cada vez mais anônima, impessoal, massiva, passiva. Mas dentro da massa cada um continua só. O que há, na realidade, é uma colectividade de solidões. A diferença entre o artesão antigo e o assalariado moderno é que aquele se sacrificava para possuir um utensílio com que fabricasse mais mercadorias, ao passo que este se endivida para comprar a sua habitação, a sua televisão, o seu carro. Pouco lhe importa que lhe sejam distribuídos pelo Estado ou pela firma, *Ford*, contanto que lhes chame seus. O que pode dizer-se é que o individualismo se tornou negativo e ficou insulação. A sua imagem mais impressionante são as multidões de carros na estrada em que cada um, ao seu volante, defendido contra o sol, a chuva, o atrito do chão, fechado hermeticamente no seu espaço, só comunica com os sinais mecânicos (Saraiva 1970: 28).

Essa densa crítica ao estado da «civilização burguesa» está filiada ao imaginário de esquerda; as constatações seguem o mesmo mote de Apolinário ao criticar a realidade capitalista, argumentos fortemente pautados em bases românticas, assim como em assunções utópicas e revolucionárias (Lowy e Sayre 2015: 102-106). Para Saraiva, as mobilizações do maio de 1968 representaram a insustentabilidade do modelo capitalista, demonstrando suas fraturas e renunciando a crise. Contudo, ele não sabe ao certo o que aconteceria: «Faltam-se outras palavras, porque não sei o que vai acontecer. Só pressinto como um bicho, que a meteorologia está mudando. Ou que, algures, um afloramento de alma faz ondear a crosta da nossa civilização burguesa: é a única certeza que tenho» (Saraiva, 1970: 46).

Apolinário apropriou-se desse diagnóstico, afirmando que o 25 de Abril foi uma manifestação dessa crise, dando início à «Revolução Cultural». Assim como António José Saraiva, o nosso personagem admitia que as culturas populares combatiam a «mentalidade burguesa», impedindo o seu avanço total, sendo assim, a única forma de superar essa mesma civilização. Por esse motivo, Apolinário sustentava que o 25 de Abril fazia parte dessa «Revolução Cultural», sendo que os países de «expressão lusíada» deveriam unir-se a esse processo, fazendo, desse modo, uma frente revolucionária.

Tanto Apolinário como Saraiva viam Portugal como um possível polo de resistência à chamada «mentalidade burguesa». Nas palavras de Saraiva (1970: 35), existem culturas que não são burguesas, mas elas somente existem fora dos países industrialmente avançados, tanto que: «A civilização camponesa é actualmente o único foco de resistência ao aburguesamento geral do mundo». Neste sentido, como afirmou Perry Anderson (1966), Portugal era um «império periférico», um país composto, majoritariamente, por camponeses com uma alta taxa de analfabetismo. Portanto, após o 25 de Abril, Apolinário expandiu as suas esperanças, colocando o país luso como um precursor de algo novo, utópico, que não se alinhava nem ao capitalismo representado pelo EUA nem ao socialismo da URSS, sendo que essa revolução representaria o renascimento do homem em uma nova sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente do teor desses escritos e das esperanças de Apolinário, o período revolucionário encerrou-se em 1975. Após a tentativa de golpe militar, conduzida por setores do exército insatisfeitos com o rumo da revolução, em 1976, entrou em vigor a Constituição, com forte orientação socialista, que acabou por inserir Portugal na democracia europeia. Os anos de PREC (Processo Revolucionário em Curso) foram conturbados, período em que os partidos, os quadros militares e os grupos de esquerda tentavam conduzir o país até o socialismo. Esses ideais foram atacados severamente durante o período denominado «Verão Quente» em 1975, em que diversos atentados foram provocados por grupos de direita. Assim, apesar das ideias expressas na Constituição, o país foi conduzido à democracia liberal, unindo-se à União Europeia em 1986.

De toda maneira, a análise conduzida neste artigo levou-nos à conclusão de que João Apolinário realizou um duplo movimento de atualização da narra-

tiva nacional portuguesa e um investimento em críticas ao Regime Militar brasileiro. Essas representações estavam alicerçadas em uma perspectiva linear do tempo histórico, mobilizando, ao mesmo tempo, a experiência do passado, as constatações do presente e as expectativas de futuro.

Apolinário manteve uma dupla relação com a Revolução dos Cravos. Por um lado, ele enxergava o 25 de Abril como um expurgo, um exorcismo do passado. Por outro, as críticas tecidas ao Estado Novo, quando publicadas em um jornal e encadernadas em um livro no Brasil, direcionavam recomendações aos leitores brasileiros que ainda viviam sob a égide de um regime ditatorial. Portanto, os artigos lançados no *Última Hora* e, depois, em forma de livro atuaram como uma intersecção entre Brasil e Portugal calcada em torno das considerações e significações pertencentes a um imaginário de esquerda.

Neste sentido, vale destacar que Apolinário considerava que seu trabalho, nesses artigos, foi o de «reportar a atualidade, o fatural, o concreto, enfim, a realidade vivida», isto é, tornar claro que ele erigia uma obra engajada. Visto que o engajamento era uma ação contundente que visava à «conscientização» do público leitor, podemos considerar que esses textos, ao relatar o 25 de Abril, propunham aos leitores brasileiros uma possibilidade de ação no presente com o intuito de criar um futuro utópico.

Apolinário alinhava-se, portanto à «conscientização» proposta pelos autores ligados ao marxismo que, conforme argumenta Benoît Denis (2002), referia-se à construção das bases materiais e ideológicas para a revolução social. Trata-se de um conceito bem maleável que mudava de autor para autor, tanto em sua prática como em sua aplicação. No caso de Apolinário a conscientização era um olhar lançado aos problemas do passado e do presente, demonstrando-os como uma «situação insustentável», inflamando o sentimento de indignação e propondo a revolução como uma solução. Dessa forma, evidenciava-se uma relação temporal, pois, ao olhar para o passado, Apolinário sugeriu ações imediatas para o presente e recomendou as melhores soluções para o futuro.

Durante esse período dos anos 70, a partir das reações causadas pelo 25 de Abril, brasileiros e portugueses, filiados a um imaginário de esquerda com contornos transnacionais, propuseram uma união dos países falantes de língua portuguesa com o intuito de propagar a revolução, generalizando uma crítica à insustentabilidade do modelo capitalista e à insuficiência do modelo soviético. Neste sentido, a própria esquerda sofreu uma mutação durante esse período: em vez de propor a revolução social centrada nos trabalhadores, os atores so-

ciais passaram a valorizar e atomizar as suas próprias identidades, pautando questões concernentes a grupos minoritários específicos. Portanto, colocando a subjetividade no campo de disputas políticas, mesmo que essas se manifestassem em querelas nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGGIO, Alberto (1997). «A revolução, seu mito e a democracia». *Revolução e democracia no nosso tempo*. Franca: UNESP.
- ANDERSON, Perry (1966). *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ANTUNES, Rafael H. (2013). «Pra não dizer que não se falou das flores»: a repercussão da *Revolução dos Cravos na grande imprensa do Brasil, 1974-1976* [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho.
- APOLINÁRIO, João (1974). *25 Abril 1974 Portugal Revolução Modelo*. São Paulo: Nórdica.
- CHARTIER, Roger (2002). *El mundo como representación. Estudios sobre la historia cultural*. Madrid: Gedisa.
- DEL ROIO, Marcus (2007). «Gramsci e a emancipação do subalterno». *Rev. Sociol. Polít.*, 29, 63-78.
- DENIS, Benoît (2002). *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru: Edusc.
- LOURENÇO, Eduardo (2001). *A nau de Ícaro: imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LOURENÇO, Eduardo (2016). *O Labirinto da Saudade: Psicanálise mítica do destino português*. Rio de Janeiro: Tinta-da-China.
- LOWY, Michel; SAYRE, Robert (2015). *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo.
- NAPOLITANO, Marcos (2014). *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (2017). «A Revolução dos Cravos e a Historiografia Portuguesa». *Estudos Históricos*, 30, 465-478.
- PINTO, António Costa (2006). «O Legado do Autoritarismo e a Transição Portuguesa para a Democracia, 1974-2004». Manuel Loff; Conceição Meireles Pereira (dir.). *Portugal: 30 anos de Democracia, 1974-2004*. Porto: Editora da Universidade do Porto.
- PINTO, António Costa (2007). «O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX». António Costa Pinto; Francisco Palomanes Martinho (dir.). *O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- PINTO, João Alberto da Costa (2009). «Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974)». *Revista História*, 28, 445-482.
- REZENDE, Mário José (2001). *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: UEL.
- ROSAS, Fernando (2001). «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo». *Análise Social*, xxxv (157), 1031-1054.
- ROSAS, Fernando (2003). *Portugal século xx (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias.
- SANTOS, Boaventura Souza (1984). «A Crise e a reconstituição do Estado em Portugal. 1974-1984». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, 7-29.
- SARAIVA, António José (1970). *Maior e a Crise da Civilização Burguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SCHMITTER, Philip (1999). *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: ICS.
- SECCO, Lincoln (2004). *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda.
- SMITH, Anthony (1999). *Myths and memories of the nation*. New York: Oxford University Press.
- TORGAL, Luís Reis; Homem, Amadeu de Carvalho (1982). «Ideologia salazarista e “cultura popular”: análise da biblioteca de uma casa do povo». *Análise Social*, xviii (72-73-74), 1437-1464.
- VARELA, Raquel (2014). «Conflito ou coesão social?: apontamentos sobre história e memória da Revolução dos Cravos (1974-1975)». Demian Bezerra de Melo (dir.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência.



Copyright © Thales Reis Alecrim, 2023. This document is under a Creative Commons Attribution-Non commercial-No Derivative Works 3.0 Unported License. To see a copy of this license click here <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/legalcode>.